

## DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DE NOVAS PRÁTICAS PARA O TRATAMENTO DE DEPENDENTES QUÍMICOS

**Gilmar Lucas da Silva**

Psicólogo – UFMS;

Esp. em Saúde Mental e Pós-Graduado em Dependência Química – Faculdades Uniasselvi

### Resumo

Este artigo exhibe o resultado de uma pesquisa em uma comunidade terapêutica na cidade de Três Lagoas, interior do Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de identificar um modelo de tratamento a dependentes químicos, uma experiência que obteve êxito, um método capaz de proporcionar resultados eficientes para que pudéssemos sugerir a padronização do tratamento de adictos institucionalizados .

**PALAVRAS-CHAVE:** dependência química; método de tratamento; intervenção; resultados.

### 1 INTRODUÇÃO

Em 1998, o Brasil deu os primeiros passos para a construção de uma política nacional que trata especificamente da questão sobre o uso abusivo de drogas, por intermédio da criação da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), considerado na época um grande avanço com destaque internacional por ser um dos pioneiros no enfrentamento desta problemática, principalmente com a implementação da lei de nº 11.343/2006, a fim de compatibilizar os instrumentos normativos e conflituosos que não diferenciavam o usuário do traficante, posteriormente vindo a criar a Justiça Restaurativa (SENAD, 2013).

Segundo a publicação na página digital da Enciclopédia Jurídica da PUC/SP, pela professora do Departamento de Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutora e Mestre em Direito Penal, Ila Barbosa Bittencourt, relata que a justiça restaurativa é uma técnica de solução de conflitos e violência, aplicável em diversas ocasiões e situações, e trouxe uma nova forma de compreender, viver e aplicar o direito penal a partir da escuta entre as partes envolvidas, e é utilizado em diversas praticas com resultados positivos, é um conceito institucional adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (PUC, 2019).

Essa ação aparece também como proposta pelo Sistema Único de Saúde

(SUS) por intermédio da Universalidade da Saúde, consolidado pela Constituição de 1988, que assegura aos dependentes químicos como indivíduos, receber assistência do Estado em suas necessidades desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde (Ministério da Saúde).

Segundo a Divisão Estadual de Narcóticos do Estado do Paraná (DENARC/PR), a dependência química é definida como uma doença análoga a outras patologias, que acometem o corpo com sintomas biológicos definidos tipicamente com consequências previsíveis. De evolução própria, pode levar à demência, com comportamentos delinquentes. Ela é conceituada como uma doença progressiva e incurável de efeitos irreversíveis (DENARC/PR, 2019).

É importante salientar que antes de descobrir nas drogas a sensação de alívio para o desconforto persistente resultante de traumas e angustias acometidas ao adicto, o dependente químico pode ter experimentado de outras fontes prazerosas, como a comida, sexo, trabalho, perigo, jogo, esportes, religião, meditação, etc. No caso dos dependentes químicos, essas fontes não foram suficientes para o alívio do seu sofrimento.

Segundo o Dr. Marcos da Costa Leite, em sua publicação na série Diálogo da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), relata que a constante necessidade de se obter alívio por intermédio da droga, altera a vida do dependente afetando as relações familiar, social e profissional, aumentando o sofrimento do indivíduo. Sendo assim, o tratamento da dependência química envolve o indivíduo, a família e toda a sociedade afetada (LEITE, 2000).

O Código de Classificação Estatística Internacional das Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - Transtornos Mentais e Comportamentais, CID – 10, relata que a dependência química desenvolve diversas síndromes aos usuários conforme a classificação dada pelo código F19 - transtornos mentais e comportamentais devidos ao abuso de drogas e ao uso de outras substâncias psicoativas, sendo elas as mais conhecidas: Intoxicação Aguda; Uso Nocivo a Saúde; Síndrome de Demência; Síndrome de Abstinência; Síndrome de Abstinência com Delirium; Transtorno Psicótico; Síndrome Amnésia; Transtorno Psicótico Residual; Transtornos Mentais ou Comportamentais (CID-10: F19).

Neste contexto, procuramos estabelecer parâmetros epistemológicos, com

intuito de auxiliar os profissionais que atuam em parcerias com as comunidades terapêuticas, voluntários ou membros de equipe multidisciplinar.

O sistema Holístico da Psicologia Individual, diz que o Interesse Social é um senso de comunidade cooperativa que se preocupa com os excluídos e desajustados socialmente (FADIMAN, FRAGER, 1986). Sendo assim, observa-se no Brasil, o surgimento de diversas entidades intituladas de comunidade terapêutica que visam o Interesse Social em favor dos dependentes químicos.

Uma boa parte destas instituições não são acompanhadas pelo SUS ou agências reguladoras para serem fiscalizadas, fazendo com que cada uma delas desenvolvam seus próprios métodos e formas para lidar com este problema social de alta complexidade.

Segundo o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), existem hoje no Brasil mais de 1800 comunidades terapêuticas, sendo que apenas 300 delas sustentam parcerias com o governo federal (IPEA, 2019). Por meio desta parceria, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), apoia financeiramente estas entidades, mas não estabelece métodos ou técnicas padronizadas que regulam o atendimento dos usuários.

Como consequência de motivos diversos e as vezes desconhecidos, a dependência química pode ser considerada um dos maiores desafios do próximo milênio. Em decorrência da dificuldade de se obter métodos eficientes que possam nortear e dar resultados hábeis as entidades terapêuticas que trabalham com o tratamento de pessoas com dependência química, e tendo em vista a demanda existente de dependentes químicos no Brasil, que segundo pesquisa domiciliar realizada em 2005, por uma parceria da Cebrid/Senad divulgada pela agência Dino no ano de 2018, na Revista Digital [exame.com](http://exame.com), revela que no Brasil há cerca de 600 mil usuários de drogas e em todo o mundo encontra-se 15,6 milhões (EXAME.COM, 2005).

Este trabalho dedica conhecer, por intermédio de ferramentas investigatórias e através da aplicabilidade dos conhecimentos epistemológicos, modelos utilizados nessa instituição que trata pessoas com dependência química, afim de poder torná-los adequados e mais eficientes com o objetivo de sugerir um método que possa ser considerado como padrão e humanizado.

O tratamento humanizado, segundo Bianco (2016), membro do Comitê de

Saúde Mental da Abrale (Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia), enfatiza a importância de uma intervenção metodológica durante os procedimentos e tratamentos, que sejam capazes de surtir efeitos com eficiência, que possa respeitar o indivíduo sem violar seus direitos enquanto ser humano, é uma integração de todo o processo multidisciplinar em prol de um indivíduo fragilizado que carece ser acolhido em suas necessidades (ABRALE, 2016).

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), desde 2010 vem lançando cartilhas com cursos para conselheiros e lideranças comunitárias a fim de capacitar multiplicadores sobre a prevenção do uso de drogas (SENAD, 2013), esta cartilha faz menção a um método de tratamento humanizado baseado na obra dos psicólogos James Prochaska e Carlos DiClemente conhecido como Modelo Transteórico de Mudança, objetivando compreender como as pessoas se comportam frente a uma necessidade de mudança de uma conduta viciante.

Este mesmo método também foi publicado na revista digital A Mente é Maravilhosa no ano de 2018, e utilizado para tratamento de dependentes químicos pela equipe de Psiquiatria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este método tem demonstrado eficiência nos resultados e poderia ser indicado como um modelo, uma vez que já está no plano da Secretaria Nacional de políticas sobre Drogas.

Neste trabalho foram utilizados como referência, as bibliográficas dos seguintes autores: Moreira E Moreira (2007), Sobel (2013), Milher (1999), Willianr (1999), Rollnick (1999), Stephen (1999), Kolb (1977), Leite (2000) e Guirado (1987), bem como outros autores que ajudaram na reflexão do tema referido como, Prochaska e Diclemente (1982) como também a equipe do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de Minas Gerais, a equipe redatora da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas SENAD (2013), o Núcleo de Multiprojetos de Tecnologia Educacional da Universidade Federal de Santa Catarina e as Faculdades Integradas de Mato Grosso do Sul (AEMS) por proporcionar o uso de suas instalações e biblioteca para consultas.

## **2 OBJETIVOS**

Este trabalho tem o objetivo de identificar um modelo de tratamento a dependentes químicos que tenha mostrado êxito em uma comunidade terapêutica,

afim de propor ao Sistema Único de Saúde (SUS) um método padronizado capaz de proporcionar resultados eficientes para o tratamento de adictos institucionalizados.

### **3 MATERIAL E MÉTODOS**

Como metodologia para a realização deste trabalho foram realizadas reuniões com os responsáveis da instituição para a aprovação de realização do trabalho, também foram feitas observações no local onde são acolhidos os dependentes químicos, realizadas visitas programadas para observações, entrevistas abertas com os responsáveis para levantamento de dados e quais as metodologias de tratamento eram utilizadas pelos profissionais que atuam na instituição.

A pesquisa foi realizada em uma Comunidade Terapêutica descrita pelo nome de Desafio Jovem Peniel na cidade de Três Lagoas/MS. Foram realizadas reuniões com os responsáveis da instituição para tratar os horários de visitas, rotinas, quais as equipes que a comunidade dispõe, entrevistas com os recuperandos para observação do estado de mudança, entrevistas com os voluntários que atuam na instituição.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Durante a pesquisa foi observado que a instituição utiliza como método para o tratamento da dependência química, apenas a abordagem religiosa e laboral como forma de reinserção social e aprendizagem profissional, não havendo acompanhamento por uma equipe multidisciplinar que possa orientar os diretores e recuperando neste processo, demonstrando real necessidade de uma intervenção metodológica e técnica com olhar humanizado.

Em entrevista com o responsável pela instituição foram relatadas algumas dificuldades como a falta de profissionais especializados em lidar com este público, uma vez que, a instituição é filantrópica e depende do trabalho voluntário e de doações, a proporção da demanda em comparação aos recursos obtidos pela instituição, que são oriundos de doações, porque a instituição mesmo sendo cadastrada na secretaria municipal de saúde, não recebe subsídios do governo, o que seria mais uma dificuldade dentre vários outros fatores que dificultam a

manutenção do trabalho.

Diante das dificuldades encontradas na instituição e da necessidade de uma intervenção profissional, que pudesse vir de encontro com esta demanda, foi proposta a possibilidade de implantação do Modelo Transteórico de Mudança, já experimentada pela Universidade Federal de Minas Gerais, uma vez que os pacientes estabelecidos na instituição já se encontram em uma das fases ao qual propõe o método.

Segundo o método proposto a instituição, o tratamento deva ser considerado conforme umas das cinco fases motivacionais ao qual se encontra o adicto, as divisões são claras e depende exclusivamente do indivíduo, isto implica diretamente nos resultados do tratamento.

Dentre as cinco fases do Modelo Transteórico, destacam-se a fase de contemplação onde adicto reconhece as percas oriundas do uso de drogas em sua vida, e reflete sobre as incompatibilidades do uso e seus objetivos de vida, bem como as diversas percas ocorridas, mas não toma atitude imediata em parar com o uso.

Na fase da preparação o paciente continua no uso, mas acena interesse em tentar parar nos próximos trinta dias. Nessa fase é importante que o dependente encontre forças para parar o uso da substância através da consulta motivacional que o ajuda a sair da dúvida dos malefícios e interromper o uso, a orientação é a demonstração de interesse em dar apoio no tratamento e que com o abandono do uso dá-se início a desintoxicação, período muito difícil em que o desconforto está sempre presente e o paciente necessita de apoio e medicação.

A fase da ação, onde o paciente deixou de usar drogas num período de seis meses, está mais consciente da sua situação, necessita de apoio para continuar a orientação é inserir e ajustar projetos terapêuticos como forma de auxílio.

A fase de manutenção deve ser a continuidade do não uso da droga por mais de seis meses, em contra partida deve-se colaborar com a implantação de um novo estilo de vida independente e com responsabilidade.

E por último, a fase da recaída, prevista no tratamento, onde o dependente não consegue permanecer sóbrio e volta a consumir droga, deve-se reavaliar o estágio motivacional e retomar novamente o tratamento conforme avaliação do estágio motivacional (UFMG, 2019).

Em ambas as fases o dependente químico deve ter um mínimo de motivação para manter-se no tratamento, recomendam-se propor ao adicto três objetivos para manter sua motivação: (1º) manter a abstinência do uso de substâncias psicoativas, desenvolvendo diferentes habilidades no cotidiano e evitar comportamentos que possam trazer lembranças, sentimentos e amizades progressas afim de evitar o consumo e manter-se sóbrio; (2º) melhorar a qualidade de vida, com a implantação estratégica de rotinas novas que possam trazer novas perspectivas com a possibilidades de trabalho, novas amizades que possam influencia-lo a um novo estilo de vida em ambientes saudáveis e a redução de danos que permita diminuir as consequências negativas do consumo de drogas e (3º) prevenção às recaídas como sendo parte da doença e a reincidência a dependência química, possibilidades a ser considerada, pois o indivíduo necessita reconhecendo sua condição de dependência fica muito mais fácil o retorno ao tratamento (SENAD, 2013).

## 5 CONCLUSÕES

Não se opondo aos diversos métodos desenvolvidos e utilizados nas instituições de tratamento terapêutico para dependentes químicos, uma vez que a ausência do Estado em todas as etapas do tratamento produz o efeito da informalidade, da expansão desordenada de uma atividade que por falta de regulamentação possa estar tirando proveito da situação, algumas buscam resultados sem amparo científico, e que mesmo sem estas prerrogativas são a única fonte a disposição das famílias dos dependentes, caso contrário, se não houvesse as comunidades terapêuticas o caos seria maior.

O fato é que na realidade, não há uma padronização de um método de tratamento regulamentado que seja eficiente e possa trazer resultados a este público que cresce de forma exponencial.

O prejuízo resultante destas variedades metodológicas são os resultados insignificantes ou insatisfatórios dos usuários destas comunidades. Vê-se a necessidade de padronizar um modelo de tratamento e regulamentar esta atividade para inseri-la nas políticas públicas de saúde de modo que as comunidades terapêuticas possam seguir um modelo padrão de tratamento e sair da ilegalidade de suas atividades, para dar a estes usuários um tratamento humanizado com

resultados compatíveis com as suas necessidades.

Enfocando o usuário e a sociedade como sendo vítimas, cabe em uma atuação terapêutica do Estado, observar a expansão desta demanda que diariamente alcança números alarmantes, em corrigir o mal ocorrido, usar de todos os meios para prover a criação de um ambiente saudável com possibilidades de resignação, mesmo que não seja possível a restauração plena do usuário ao seu estado anterior.

Apesar de termos evoluído com a proposta do SUS, ainda estamos muito longe de se encontrar solução para este público no Brasil, não é preciso grandes investimentos em estudos e métodos científicos porque já existe uma proposta como o Método Transteórico de Mudança que já tem sido utilizado por cientistas no processo de recuperação de dependentes químico, o que necessita é o SUS sair da inercia ideológica e cumprir com sua função de formular, normatizar, fiscalizar, monitorar e avaliar estas instituições para incentivar a criação de ambientes de acolhimento adequado, regulamentando, fiscalizando e capacitando profissionais para implantar o método nestas comunidades que fazem este trabalho.

## REFERÊNCIAS

A MENTE E MARAVILHOSA. Modelo Transteórico de Mudança. Publicado no dia 29/01/2018, Disponível em <<https://amenteemaravilhosa.com.br/modelo-transteorico-de-mudanca/>>. Acesso em 04 mar. de 2019.

ACKRMAN, N. W. Diagnóstico e Tratamento das Relações Familiares, Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

BOX, S. et al. Psicoterapia com Famílias/ Uma Abordagem Psicanalítica, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1994.

BRASIL. Presidência da Republica. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Drogas: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes. Conteúdo e texto original Beatriz H. Carlini. 2 ed. Brasília: Presidência da Republica; Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), 2010.

CAMPOS, G. W. S.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro v. 23, 2007.

CID – 10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas

Relacionados á Saúde: Transtornos Mentais e Comportamentais. 10ª revisão: vol. 1. OMS. São Paulo: EDUSP, 2003.

CÓDIGO DE ÉTICA da ABPp. Conselho Nacional do Biênio 91/92, Revisão Biênio 95/96, São Paulo, julho de 1996.

CRUZ, M. S. (org) As redes comunitárias e de saúde no atendimento aos usuários e dependentes de substancias psicoativas: módulo 6.4. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2009. (SUPERA: Sistema para detecção do uso abusivo e dependência de substancia psicoativas).

DELGADO, P. G. G. Saúde Mental e Direitos Humanos: 10 Anos da Lei nº 10.216/2001. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 63, 2011.

DENARC - Divisão Estadual de Narcóticos do Estado do Paraná, Seção Dependência Química - Disponível em <<http://www.denarc.pr.gov.br>>. Acesso em 20 de março de 2019.

FADIMAN, J.; FRAGER, R. Teorias da Personalidade. Harbra, 1986.

GUIRADO, M. Psicologia Institucional, São Paulo, EPU, 1987.

IPEA (Instituto de Pesquisas Aplicadas) – Comunidades Terapêuticas. Seção Comunidades Terapêuticas. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/sites/comunidades-terapeuticas>> Acesso em 19 de mar. 2019.

KOLB, L. C. Psiquiatria Clínica, Rio de janeiro, Guanabara, 1977.

LEITE, M. C. Aspectos básicos do tratamento da síndrome de dependência de substâncias psicoativas. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional Antidrogas. 2000

MILHER, W.; ROLLNICK, S. La Entrevista Motivacional. Ed. Paidós. Barcelona, 1999.

MINISTERIO DA SAÚDE – Portal do Ministério da Saúde - Sistema Único de Saúde. Disponível em <<http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>. Acesso em 27 maio 2019.

MOREIRA, M. B. MOREIRA, C. A. de M. Princípios Básicos de Análise do Comportamento. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAIM, I. Curso de Psicopatologia, São Paulo, EPU, 1993.

PORTAL EDUCAÇÃO – Formas de Tratamento dos Dependentes Químicos. Seção Conteúdos – Artigos – Psicologia – Tratamento dos Dependentes Químicos. Disponível em <[www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br)>. Acesso em 03 de mar. de 2019.

PUC (Pontifícia Universidade Católica) – Enciclopédia Jurídica. Justiça Restaurativa. Maio 2019. Disponível em <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/138/edicao-1/justica-restaurativa>>. Acesso em 27 maio 2019.

REVISTA DIGITAL EXAME – Drogas com Números Alarmantes, Brasil segue em Sentido Contrário as Tendências de Tratamento em Clínica de Recuperação para Dependência Química – Seção Negócios - Dino, São Paulo 2018. Disponível em <<http://ww.exame.abril.com.br>>. Acesso em 25 mar. 2019.

ROMA, M. A Desinstitucionalização da Clínica na Reforma Psiquiátrica: um estudo sobre o projeto CAPS ad. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia) – Curso de Pós-graduação em Psicologia, PUC, Rio de Janeiro, 1999.

SOBEL, L. C. Terapia de Grupo para Transtornos por Abuso de Substâncias: Abordagem Cognitivo Comportamental. Porto Alegre, Artmed, 2013.

UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) – Saber Sobre Quais Tipos de Tratamento. Seção Quero Saber Como – Quais Tipos de Tratamento. Minas Gerais 2019. Disponível em <[crr.medicina.ufmg.br/saber-sobre/quais-tipos-de-tratamento](http://crr.medicina.ufmg.br/saber-sobre/quais-tipos-de-tratamento)>. Acesso em 01 de mar. 2019.